



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Apoio Regional de Patrocínio

Parecer nº 184/IEF/NAR PATROCINIO/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0049697/2020-94

**PARECER ÚNICO**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

Nome: Marcelo Amâncio Ribeiro Fontes e Outros CPF/CNPJ: 049.096.256-40  
Endereço: Rua Prata, 79 Bairro: Aparecida  
Município: Uberlândia UF: MG CEP: 38.400-000  
Telefone: (34) 91500716  
E-mail: michelsousaeng@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( x ) Sim, ir para item 3 ( ) Não, ir para item 2

**2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL**

Nome: CPF/CNPJ:  
Endereço: Bairro:  
Município: UF: CEP:  
Telefone: E-mail:

**3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Denominação: Fazenda Santa Fé Área Total (ha): 59,5396  
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 13.094 Município/UF: Estrela do Sul/MG  
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3124807-2487BAAAD5DF4928B116D72E4853836F

**4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	34,8584	ha

**5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO**

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	34,8584	ha	219.928	7.911.775

**6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA**

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura		34,8584

**7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Conforme o parecer técnico		34,8584

**8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO**

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha nativa		659,17	m <sup>3</sup>

**1. HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 03/11/2020

Data da vistoria: 21/10/2021

Data de solicitação de informações complementares: 02/02/2022, 29/09/2022, 10/10/2022 e 14/10/2022

Data do recebimento de informações complementares: 06/10/2022, 17/10/2022 e 20/10/2022

Data de emissão do parecer técnico: 21/10/2022

## **2.OBJETIVO**

É objeto deste parecer analisar a solicitação para supressão da cobertura vegetal nativa com destoca em 34,8584 hectares, com fitofisionomia florestal de campo cerrado.

É pretendido com a intervenção requerida a realização da atividade de agricultura.

## **3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO**

### **3.1 Imóvel rural:**

O imóvel denominado fazenda Santa Fé, constituído pela matrícula 13.094, localizado no município de Estrela do Sul, possui uma área total matriculada e mapeada de 59,5396 hectares, 1,4884 módulo fiscal.

A área requerida para supressão apresenta a fitofisionomia florestal de campo cerrado.

A cobertura vegetal do município é de 15,28%, que se encontra no bioma cerrado.

### **3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3124807-2487BAAAD5DF4928B116D72E4853836F

- Área total: 60,5665 hectares.

- Área de reserva legal: 12,1188 hectares.

- Área de preservação permanente: 5,8931 hectare.

- Área de uso antrópico consolidado: 40,0607 hectares.

- Qual a situação da área de reserva legal:

A reserva legal regularizada no CAR (Cadastro Ambiental Rural), perfaz 12,1188 hectares de campo cerrado e não é inferior a 20%.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

Dentro do próprio imóvel

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõem a área de reserva legal: 1

### **- Parecer sobre o CAR:**

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. Não foram utilizadas áreas de preservação permanentes no cálculo da reserva legal.

## **4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

A intervenção ambiental visa o desmate, em conformidade com a análise do inventário florestal com fitofisionomia florestal de campo cerrado.

### **4.1 Extrato 1 (Parcelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8):**

Área requerida para exploração: 34,8584 hectares.

Tipo de Amostragem: Casual.

Volume/hectare: 18,91 metros cúbicos de lenha.

Volume total: 659,17 metros cúbicos de lenha.

Espécies mais frequentes: Pau pombo, copororoca, pororoca, guamirim, entre outras.

Finalidade do Produto/Subproduto: Uso na própria propriedade.

Conforme os dados extraídos do inventário florestal juntados ao processo pelo Engenheiro Florestal Ascanio Maria de Oliveira, CREA 8653 e ART n.º 6241223 e da vistoria técnica realizada na propriedade em questão, foi constatado que ocorre a fitofisionomia florestal classificada como campo cerrado.

O rendimento lenhoso gerado a partir da supressão total da área requerida de campo cerrado é de 659,17 m³, em 34,8584 hectares, que serão utilizados na própria propriedade.

### **4.2. Taxas pagas:**

Taxa de Expediente: R\$ 586,43, paga em 19/10/2020.

Taxa de Expediente: R\$ 493,64, paga em 19/10/2020.

Taxa Florestal: R\$ 993,73, paga em 19/10/2020.

Taxa Florestal Complementar: R\$ 3.125,03, paga em 26/10/2022.

## 5. RESTRIÇÕES AMBIENTAIS, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E VISTORIA TÉCNICA

### 5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Não foi possível fazer a consulta, conforme o Sisema IDE.
- Prioridade para conservação da flora: Não foi possível fazer a consulta, conforme o Sisema IDE.
- Prioridade para conservação Biodiversitas: Não foi possível fazer a consulta, conforme o Sisema IDE.

### 5.2 Das características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividade desenvolvida: Pecuária.
- Atividades licenciadas: G-02-07-0, Criação de bovinos, bubalinos, eqüinos, muares, ovinos, caprinos em regime extensivo.
- Modalidade da licença: Dispensa de Licenciamento Ambiental.

### 5.3 Das vistorias técnicas realizadas:

- Datas: 21/10/2021 e 16/03/2022.
- Acompanhante: Thays Cunha Vieira, na primeira vistoria técnica.
- Características físicas:

Topografia: Relevo plano a suave-ondulado.

Solo: Latossolo.

Hidrografia: Área de preservação permanente do imóvel: 4,7762 hectares.

Bacia hidrográfica federal: Rio Paranaíba.

Microbacia: Rio Bagagem.

- Características biológicas:

- Vegetação: Bioma cerrado, fitofisionomias florestais de campo cerrado e cerrado.

Não há áreas subutilizadas no imóvel.

## 6. ANÁLISE TÉCNICA

Do ponto de vista técnico a solicitação para intervenção em uma área total de 34,8584 hectares, com a supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo é passível de autorização, pois trata-se de área de cobertura vegetal nativa com destoca em 34,8584 hectares de campo cerrado, com rendimento lenhoso total de 659,17 m<sup>3</sup>, na fazenda do Santa Fé, tendo como requerente Marcelo Amâncio Ribeiro Fontes e Outros, sendo pretendido com as intervenções requeridas a realização de atividade de agricultura.

### 6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrerem durante a intervenção abrangeriam a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

Impacto: Com a retirada da vegetação que cobre o solo existe a possibilidade de carreamento de partículas, bem como o aparecimento de sulcos de erosão na superfície do solo.

Medida Mitigadora: Não permitir que o solo fique exposto por longos períodos.

Impacto: Metodologia de desmate.

Medida Mitigadora: Realizar o desmate em faixas, visando propiciar tempo para a fuga de animais silvestres.

## 7. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº 2100.01.0049697/2020-94

Requerente: MARCELO AMÂNCIO RIBEIRO FONTES

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

### I. Relatório:

1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 34,8584 hectares** no imóvel rural denominado "Fazenda Santa Fé", localizado no município de Estrela do Sul, matrícula nº 13.094, possuindo área total de 60,1452 hectares, fatos esses que, de acordo com o gestor do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **12,0400 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriante, que encontra-se preservada e com quantidade de acordo com o percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a implementação da atividade de agricultura, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ambiental pelo órgão competente, conforme declaração apresentada.

4 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que não foi possível verificar se a propriedade está ou não inserida em área de prioridade de conservação considerada extrema/especial, de acordo com o sistema Biodiversitas, pois o IDE-SISEMA estava indisponível para consulta.

5 - Ressalta-se que as informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu representante legal.

É o breve relatório.

## **II. Análise Jurídica:**

6 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise **é passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

7 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;

8 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

## **III. Conclusão:**

9 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado aos autos, bem como ante o disposto no **art. 26 da Lei Federal nº 12.651/12 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina FAVORAVELMENTE à SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 34,8584 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, **devendo o proprietário, contudo, conforme já citado acima, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas pelo técnico vistoriante, sob pena das sanções legais, e desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas no parecer técnico e que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).**

10 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

11 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

**Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.**

### Observações:

*As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

*O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

Patos de Minas, 7 de dezembro de 2022.

## 8.CONCLUSÃO

**Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO (INTEGRAL) do requerimento de 34,8584 hectares**, com a supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, campo cerrado, pois é passível de autorização, sendo pretendido com a intervenção requerida a realização de atividade de agricultura, com rendimento lenhoso total de 659,17 m<sup>3</sup>.

## 9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

- Não haverá.

## 10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (x) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal
- ( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas
- ( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 11.CONDICIONANTES

O Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante o cumprimento integral das seguintes condicionantes:

- O trabalho de exploração florestal só poderá iniciar se os limites da área de reserva legal estiverem devidamente demarcados em campo, através de piquetes e por profissional habilitado.
- Respeitar rigorosamente os limites das áreas de reserva legal.
- Fazer uso correto de fertilizantes e pesticidas, de acordo com receituário agrônomo.
- Não extrair madeiras de corte proibido por lei, pequi e ipê-amarelo e tampouco fazer uso de fogo sem a autorização do órgão ambiental competente.
- Não permitir que o solo fique exposto por longos períodos.
- Realizar o desmate em faixas, visando propiciar tempo para a fuga de animais silvestres.

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC    (x) SUPERVISÃO REGIONAL

## RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Edimar Antônio da Silva

MASP: 1149443-2

## RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: Andrei Rodrigues Pereira Machado

MASP: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 07/12/2022, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edimar Antonio da Silva, Servidor**, em 07/12/2022, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **55428622** e o código CRC **39C77769**.